COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 6.025, DE 2005, DO SENADO FEDERAL E APENSADOS, QUE TRATAM DO “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL” (REVOGA A LEI N.º 5.869, DE 1973).

PROJETO DE LEI N.º 6.025, DE 2005, E APENSADOS

Código de Processo Civil.

EMENDA N.º

Suprima-se o parágrafo único do art. 45 e dê-se aos arts. 930, 933, 934 e 938 do Projeto de Lei n.º 8.046, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 930. É admissível o incidente de demandas repetitivas sempre que identificada controvérsia com potencial de gerar relevante multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito e de causar grave insegurança jurídica, decorrente do risco de coexistência de decisões conflitantes.

§ 1.º O incidente poderá ser provocado pelo juiz, ao proferir decisão de mérito, ou pelo relator do recurso, ao receber a apelação, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, e será dirigido ao Presidente do Tribunal, por ofício instruído com os documentos necessários à demonstração da necessidade da sua instauração.

§ 2.º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e poderá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

“Art. 933. O juízo de admissibilidade e o julgamento do incidente competirão ao Plenário ou ao órgão colegiado que o Regimento Interno do tribunal indicar. Em qualquer hipótese, o órgão competente deverá ser integrado, em sua maioria, por desembargadores que

componham os órgãos fracionários com competência recursal para o julgamento da matéria.”

“Art. 934. Admitido o incidente, será decidida, na própria sessão, a suspensão dos processos pendentes, em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Parágrafo único. Durante a suspensão poderão ser concedidas medidas de urgência no juízo de origem.”

“Art. 938. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal.

§ 1.º Envolvendo a matéria questão de direito relativa à prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, será comunicada ao órgão ou agência reguladora responsável para fiscalização do efetivo cumprimento da decisão adotada, por parte das empresas sujeitas à regulação.

§ 2.º Se houver recurso e a matéria for apreciada, em seu mérito, pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal ou pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, que, respectivamente, terão competência para decidir recurso extraordinário ou especial originário do incidente, a tese jurídica firmada será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão de direito e que tramitem em todo o território nacional.

JUSTIFICATIVA

A ideia da criação do incidente de resolução de demandas repetitivas é boa, em busca da celeridade processual e segurança jurídica.

A forma prevista para a sua operacionalização, todavia, deve ser aperfeiçoada, pois, como está, implicará engessamento completo da jurisprudência, na medida em que, de acordo com a redação atual do PLS 166/2010, retira-se do Juiz a competência para julgar as matérias objeto do incidente, atribuindo-se apenas aos órgãos de cúpula dos tribunais, mais especificamente ao Pleno ou Órgão Especial, o poder de dizer o direito em relação a tais matérias.

A par dos prejuízos decorrentes da ausência da magistratura de primeiro grau na construção da jurisprudência em relação a tais temas, nos grandes Tribunais, em que o chamado Órgão Especial normalmente é composto por desembargadores que não integram as Câmaras a quem os recursos ordinários acerca dessas matérias são enviados para julgamento, o problema passa a ser ainda mais grave, pois também os desembargadores que integram os órgãos fracionários e que normalmente julgam essas questões, estarão alijados do processo de decisão.

Considerando a decisão desse incidente será aplicada a todos os processos que versem idêntica questão, vinculando os demais juízes e órgãos fracionários do Tribunal, tem-se, na prática, que as decisões serão tomadas pela cúpula do Tribunal, sem refletida construção da jurisprudência, já que, repita-se, nem os juízes e nem a maioria dos desembargadores que enfrentam e conhecem mais a fundo os reflexos dessas questões repetitivas na sociedade serão mais chamados a construir a decisão final.

Salvo melhor juízo, essa concentração de poder nas cúpulas e nos tribunais superiores não parece ser a melhor solução, notadamente quando sabemos que essas questões repetitivas normalmente envolvem grandes grupos econômicos e seus contratos de adesão firmados com imenso contingente de consumidores, cuja solução deveria ser buscada no âmbito das ações coletivas, com a participação da magistratura de primeiro grau e dos órgãos fracionários dos Tribunais nas decisões acerca desses temas tão caros à sociedade.

Propõe-se, pois, a alteração nos dispositivos que tratam do INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS previsto nos artigos 930 a 941 inseridos na proposta de novo CPC – suprimindo-se também o parágrafo único do art. 45, que repete a mesma regra -, a fim de preservar a participação dos juízes de primeiro grau e dos desembargadores que integram os órgãos fracionários do Tribunal a quem os recursos envolvendo esses casos são ordinariamente distribuídos, viabilizando que a solução final do incidente de resolução de demandas repetitivas seja construída com a participação de toda a magistratura, e não apenas pelos órgãos de cúpula dos tribunais, diante do seu caráter vinculante.

Para tal, propõe-se nova redação ao art. 930, §1º, prevendo que o incidente poderá ser provocado pelo Juiz ou pelo relator do recurso de apelação, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, ao decidir controvérsia com potencial de gerar multiplicação de processos fundados em idêntica questão de direito, fundamentadamente.

No novo regramento, deverá constar que o incidente será processado e julgado perante o plenário ou o órgão a quem o Regimento Interno atribua competência para uniformizar a matéria objeto da controvérsia, solução, aliás, já corretamente adotada no art. 900, quando trata do incidente de admissão de competência. Até porque, trata-se de matéria própria do Regimento Interno do respectivo Tribunal.

Para atender o objetivo maior da norma, esse órgão colegiado com competência para processar e julgar o incidente deverá ser integrado, em sua maioria, por desembargadores que componham as câmaras ou turmas com competência para apreciar a matéria no julgamento dos recursos ordinários.

A proposta deve prever, ainda, a exigência de que as decisões dos juízes e relatores dos recursos que identificarem demandas repetitivas, com provocação de instauração do incidente em tela, sejam sempre comunicadas ao Presidente do Tribunal, a fim de que este, além de monitorar tais demandas, também determine a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas, nos casos em que verificar grave risco de insegurança jurídica decorrente da possível coexistência de decisões conflitantes.

Ainda, com vistas à prevenção de futuros litígios, deverão constar nos casos em que o incidente envolva julgamento de questão que diga respeito à prestação de serviço concedido, será comunicada ao órgão ou agência reguladora responsável, para fiscalização do efetivo cumprimento por parte das empresas sujeitas à regulação. Isso porque, é sabido, são muitas as situações em que os tribunais superiores reconhecem a abusividade de determinadas cláusulas contratuais ou práticas pelas empresas que exploram serviços concedidos, mas estas seguem inserindo nos seus contratos de adesão essas cláusulas abusivas e praticando abusividades já reconhecidas, sem qualquer tipo de fiscalização pelas agências reguladoras a quem a lei impõe atribuí essa tarefa. Nesse sentido é que se está a propor que, decidida, no âmbito do incidente de demandas repetitivas, questão de direito que

reconheça abusiva ou ilegal determinada prática da empresa, deva a agência reguladora ser comunicada para fins de fiscalização e regulação da matéria, nos termos do que foi decidido pelo Tribunal.

Com isso, confere-se maior eficácia ao novo instituto, chamando a responsabilidade também as agências reguladoras, com vistas à evitar novas demandas repetitivas, ao mesmo tempo em que preserva-se a participação dos juízes de primeiro grau na construção da jurisprudência, atribuindo-se a estes a possibilidade de provocar o incidente, resguardando-se, ainda, a competência para instauração e julgamento do incidente aos desembargadores a quem a matéria está afeta.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN